

APRESENTAÇÃO

O presente número da Matraga traz uma contribuição relevante para os estudos centrados em reflexões que têm como fio condutor a política linguística. Sem dúvida, uma área recente (com menos de 60 anos), que surgiu com o propósito de iluminar a relação entre língua e poder. Temas como planejamento linguístico, direitos linguísticos, promoção e revitalização de línguas, implementação de legislação específica, criação de escolas bilíngues, colonização e descolonização linguística são recorrentes na área. Contudo, outros temas apresentam-se com extremo fôlego, colocando em pauta tanto políticas linguísticas *do* Estado (propostas pelo Estado) quanto políticas linguísticas *no* Estado (propostas por ações coletivas/por outros coletivos). Nessa perspectiva mais ampla, esta edição da revista traz artigos que apresentam diferentes visadas teóricas e metodológicas na forma de abordar a temática e contemplam propostas que versam sobre desde multilinguismo, bilinguismo, cooficialização de línguas, programas de ensino, ensino de Língua Portuguesa como língua materna, discussões a respeito de língua oficial nos Estados, até questões como o *status* da leitura na pós-modernidade ao lado dos meios digitais, o professor como um agente de políticas linguísticas, congressos sobre língua(s) e a produção de enciclopédias. É nesse domínio amplo que estão os trabalhos que compõem este número.

Em relação direta com a temática, *La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos*, de Elvira Arnoux, apresenta uma ampla reflexão sobre a Glotopolítica – entendida como o estudo das intervenções na área da linguagem que incidem na reprodução ou na transformação das sociedades – e suas associações ao campo da Historiografia Linguística. A autora salienta o papel dos instrumentos linguísticos como gestos glotopolíticos capazes de regular práticas e intervir no espaço público da linguagem, enquanto constroem subjetividades necessárias a cada período histórico. Em sua visão, as práticas discursivas, oriundas de diversas esferas e épocas, geram dispositivos normativos que se cristalizam nesses instrumentos reguladores – gramáticas, dicionários e retóricas – e são tomados pela autora em sua inscrição em um dado processo da história e de uma dimensão polí-

tica. Em suas análises direcionadas a materiais linguísticos hispânicos, Arnoux dedica-se a focalizar como ocorre a exposição dos conhecimentos sobre a linguagem, a representação dos autores acerca da sociedade na qual estão inseridos, a posição que adotam a respeito dos requerimentos e como estes intervêm na construção das subjetividades.

Bethania Mariani situa seu artigo, *O político, o institucional e o pedagógico: quanto vale a língua que ensinamos?*, no quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa para desconstruir uma visão instrumental de língua, levando os leitores a uma compreensão do funcionamento da língua, do sujeito e do discurso como algo complexo, fora da alçada do contornável e do controlável. Tal complexidade conduz a uma visada histórica por sentidos naturalizados (“língua nacional”; “a língua portuguesa”; “o francês”). Dito de outra forma, transita entre história, historicidade e questões ideológicas que constituem o linguístico, a materialidade da língua e a posição dos sujeitos de uma língua em seu meio social em perene luta com outras línguas ou outros modos de dizer. Abre espaço para reflexões do leitor sobre as questões que instituem crenças e mitos sobre língua materna, língua estrangeira e ensino de ambas. A autora explora a questão da evidência, tomando quatro delas e desenvolvendo alguns pontos de vista sobre o modo de funcionamento dessas paráfrases. O fechamento do artigo convida a um olhar mais atento e mais aberto às diferenças inerentes ao político via atitudes mais bem elaboradas e trabalhadas no pedagógico e no institucional.

No artigo *Políticas linguísticas e o ensino bilíngue português-pomerano em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo*, de Erineu Foerste, Edenize Ponzo Peres e Sintia Bausen Küster, são descritos o contexto sociolinguístico da referida comunidade e o processo de implantação de programa de educação bilíngue. O objetivo do artigo é abordar as políticas linguísticas implantadas no Espírito Santo, especificamente, no município de Santa Maria de Jetibá, com vistas à valorização e à manutenção da língua e da cultura pomerana. O Programa em questão visa ao desenvolvimento de um projeto pedagógico nas escolas públicas municipais cujas bases são a valorização e o fortalecimento da herança cultural e de traços identitários dos imigrantes.

Alejandro Lorenzetti e Cloris Porto Torquato, em *O Programa escolas interculturais de fronteira (PEIF) como política linguística*, tratam da discussão a respeito de um programa, em sua primeira década de implementação, que faz parte das políticas linguísticas do Mercosul. Os

autores propõem a análise de dois documentos oficiais em contraponto com estudos de campo que englobam desde a constituição de diário de campo até a realização de entrevistas. A pesquisa, de cunho etnográfico, foi realizada na região de integração fronteira entre Brasil e Argentina, especificamente, nas cidades-gêmeas São Borja (BR) e Santo Tomé (AR).

O Français Langue Etrangère e a redistribuição internacional do ensino de francês: o caso do Brasil, de Felipe Dezerto, propõe a desnaturalização dos processos ideológicos na construção de imaginários sobre o ensino de francês como língua estrangeira no Brasil. O autor mobiliza a articulação teórica entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas no detalhamento do material que constitui seu objeto de estudo – livros didáticos. O artigo discute o ensino de um francês imaginário, que não corresponde ao francês corrente, em sua pluralidade. Ao tentar fixar esse francês imaginário, há um embate político com a multiplicidade e a heterogeneidade do francês em suas versões fluidas.

Propostas e estratégias para a valorização do multilinguismo na formação escolar de língua materna, de Álvaro Antônio Caretta, apresenta uma discussão em torno da aplicação de atividades de ensino de língua portuguesa como língua materna fundamentadas no princípio dialógico da linguagem e no sociointeracionismo. O autor retoma, em seu texto, noções como multilinguismo e preconceito linguístico para pensar a tradição pedagógico-escolar. Sua contribuição para a área é a demonstração da elaboração de projetos temáticos que, segundo o autor, seriam a principal estratégia para o ensino-aprendizagem das línguas. Além de explicar as etapas da elaboração de um projeto, a partir da organização de sequências didáticas, exemplifica a proposta com um breve relato das atividades realizadas em um projeto que planejou uma campanha de intervenção para a promoção da melhoria na qualidade da relação entre motoristas e pedestres, com o uso de diversas linguagens (multiletramentos).

Glenda Heller Cáceres, no artigo intitulado ***O professor como um policy maker: o contexto da produção de texto em um projeto de internacionalização do conhecimento para alunos de ensino médio de uma escola tecnológica***, apresenta o percurso de construção de textos decorrentes de um convênio de cooperação internacional entre duas escolas técnicas de Ensino Médio, no Brasil e na Argentina. Trata-se de uma proposta de convênio pedagógico que possibilitaria a internacionalização do ensino e a promoção do intercâmbio estudantil. No rol de teorias utilizadas, a autora sinaliza seu posicionamento frente à teoria das políticas

linguísticas educativas, considerando o papel do professor como um *policy maker*. A autora, ao relatar o contexto de produção dos documentos, apresenta as várias negociações textuais operadas pelos agentes engajados na tarefa. Dessa forma, evidencia que o processo de produção dos textos foi marcado por embates em que esteve presente o jogo de forças de diferentes interesses políticos, pedagógicos e linguísticos.

No artigo *Política linguística e política pública: uma proposta de interseção teórica*, Marina Mello de Menezes Felix de Souza e Telma Cristina de Almeida Silva Pereira propõem a construção de uma interseção teórica reunindo conceitos provenientes de dois campos: o das políticas públicas e o das políticas linguísticas. Destacam, ainda, que a proposta é perpassada por políticas educativas, trazendo, ao longo do texto, alguns exemplos, como, no caso, relativos às políticas linguísticas universitárias. A aproximação dos dois campos baseia-se, principalmente, na forma de constituição de decisões tomadas no âmbito da sociedade. As autoras retomam a produção histórica dos conceitos de cada área cotejando definições e fazem a interseção das duas áreas. Para elas, as propostas presentes em ambas as áreas possibilitam uma reflexão mais abrangente sobre as diferentes formas que uma política pode assumir e suas consequências para a sociedade.

Cristina Vergnano-Junger, no artigo *Crise na leitura e formação de leitores: uma questão de política linguística?*, propõe trazer à baila a reflexão sobre a relação entre a formação de um leitor em um contexto de crise e a política linguística. No que se refere à questão da política linguística, a autora destaca a relação entre legislação e ações no campo educacional, privilegiando o trabalho com a leitura. Para tanto, apoia-se, a partir dos estudos da Linguística Aplicada, em pressupostos da sociocognição para focar as especificidades da leitura mediada por computador e as implicações dos diferentes gêneros textuais nessa atividade. A autora destaca a perspectiva da leitura como uma atividade social. Ela também aponta para a necessidade de elaboração de políticas linguísticas que rompam com o “mito da profusão de não leitores” e que ajudem a formar leitores autônomos e críticos.

Em *As políticas de línguas sobre o guarani no Paraguai e o bilinguismo imaginário*, artigo de Joyce Palha Colaça, são trazidas reflexões sobre as políticas de línguas no Paraguai (e, conseqüentemente, na América Latina e no Mercosul), tomadas em relação às demandas e aos efeitos da colonização, da mundialização e da globalização. Tendo como

enfoque a questão da oficialização do Guarani, a autora conjuga conceitos advindos da análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas. Sua proposta é verificar o modo como o Estado atua na promoção das duas línguas, haja vista que estão em disputa no espaço de enunciação paraguaio. O texto é bastante contundente em relação ao tema do bilinguismo imaginário nas políticas de línguas sobre o Guarani no Paraguai, onde se segue promovendo um silenciamento dessa língua em prol da manutenção do monolinguismo da Língua Espanhola.

Do mito da língua única à política do plurilinguismo: desafios na implementação de leis de cooficialização linguística em municípios brasileiros, de Julia Izabelle Silva, trata de uma história documentada do despontar e da aceitação dos direitos linguísticos dos povos colonizados. A autora retoma uma perspectiva histórica na qual se foi construindo o mito da unicidade linguística e como, na atualidade, o processo de consolidação do plurilinguismo e do direito linguístico, no Brasil, surge como um instrumento emancipatório para os grupos de minoria linguística. De forma a observar a consolidação das políticas de cooficialização de línguas em municípios brasileiros, a autora analisa três processos de implementação de leis de cooficialização que ocorreram em âmbito municipal. Tal análise permitiu identificar tensionamentos nas relações entre as comunidades linguísticas e o Estado. Em seus resultados, pôde-se conferir que há desafios na implementação das leis de cooficialização e que essas comunidades têm enfrentado problemas comuns em sua luta pelo reconhecimento linguístico.

Com o objetivo de analisar os eventos internacionais sobre Língua Portuguesa, Alâna Capitanio, no artigo ***Política de línguas em eventos internacionais sobre língua portuguesa***, centra-se nos eventos organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre os anos de 2010 e 2013. A autora procura investigar a política de língua materializada na formulação dos textos que compõem as páginas eletrônicas desses eventos. Em suas análises, observa como o discurso da colonização e da descolonização linguística produz sentidos para a Língua Portuguesa e, assim, para as políticas de línguas. Para a autora, a discursividade desses eventos internacionais produz sentidos que silenciam a relação contraditória entre unidade e diversidade linguística, instaurando uma política de unidade da língua, uma vez que as línguas dos outros Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) são significadas como variações de uma “mesma” Língua Portuguesa.

Phellipe Marcel da Silva Esteves, no artigo *A produção de uma enciclopédia do porvir: política linguística e projeção de uma disciplina*, busca verificar como a produção do conhecimento sobre as línguas materializa-se em um projeto de publicação do que seria a primeira enciclopédia brasileira, na década de 1950. Para esse fim, Esteves analisa a Norma 32-3/11, intitulada *Instruções Gerais para os verbetes de Linguística e Filologia* (IGLF). Dentro do campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil, o autor adverte que, embora a obra nunca tenha sido publicada, o discurso que circula em suas instruções gerais ocupa um espaço considerável sobre o que se diz acerca de língua e de linguagem, figurando, portanto, como um instrumento de política linguística. O autor também propõe refletir, analiticamente, sobre o modo como as práticas de leitura foram atreladas à publicação de enciclopédias do Brasil.

Por fim, concluindo este número dedicado ao debate sobre políticas linguísticas, a edição conta com duas resenhas que colocam em cena duas grandes obras. A primeira, *Leis e Línguas no Brasil: Políticas linguísticas e o papel do intelectual*, por Luiz Felipe Andrade, dedica-se à apresentação e à análise do livro organizado por Rosângela Morello, intitulado “Leis e Línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades”, de 2015. O texto mostra a relevância da obra para os estudos linguísticos, bem como se constitui um registro da importância do trabalho realizado pelo IPOL na luta pela cooficialização de minorias linguísticas, como as línguas indígenas e a Libras, por exemplo. A resenha buscou reproduzir as redes apresentadas no livro para mostrar um percurso histórico e de luta – linguística e jurídica – a favor da oficialização das línguas minoritárias.

Na segunda resenha, *Política e políticas linguísticas e sua inscrição na agenda da linguística aplicada brasileira*, Helena Vitalina Selbach apresenta o livro intitulado “Política e políticas linguísticas”, organizado por Christine Nicolaidis, Kleber Aparecido da Silva, Rogério Tilio e Cláudia Hilsdorf Rocha, publicado em 2013. O texto apresenta informações técnicas e estruturais da obra resenhada, com destaque para o X Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada (X CBLA), evento a partir do qual se originaram seus artigos. Posteriormente, são apresentados os resumos, de forma sequencial, de cada um dos capítulos do livro e suas contribuições para a área.

Eis um panorama do tratamento dado ao tema Políticas Linguísticas pelos pesquisadores neste número reunidos. Esperamos que os artigos

e resenhas dados a público possam auxiliar o leitor na ampliação de sua visão sobre o tema aqui apresentado sob diferentes perspectivas. Perspectivas essas que, ao mesmo tempo, apresentam limites e abrem fronteiras para inquietações que, certamente, levarão a novos debates. Caro leitor, sintase, então, convidado para seguir conosco os caminhos aqui traçados.

Vania Dutra
Angela Baalbaki